



É URGENTE DEFENDER

OS DIREITOS E POSTOS DE TRABALHO NOS SEGUROS

Os Conselhos de Administração das Companhias e a Associação Portuguesa de Seguradores, com a cumplicidade do Governo PSD/CDS-PP, têm procurado retirar muitos dos direitos que os trabalhadores conquistaram com a sua luta colectiva.

-O **Contrato Colectivo de Trabalho de 2008** não é aplicado em muitas empresas, apesar de todas as entidades competentes reconhecerem a sua validade;

-Na **Fidelidade** apesar de decisão judicial em contrário, ainda não foram devolvidos os Subsídios de Férias e de Natal de 2012;

-A **Tranquilidade** (empresa vendida em saldos a um fundo de investimento que compra, «redimensiona» e vende) corre o risco de ser espartilhada, ver postos de trabalho serem destruídos, para gerar lucros rápidos;

-Na **Cares** para trabalho igual há salários e vínculos contratuais diferentes;

-Milhares de trabalhadores em empresas de **Assistência/Centros de Contacto** têm salários de miséria e vínculos precários quando deviam pertencer aos quadros das respectivas empresas;

-Os **salários estão congelados desde 2009** (perda do poder de compra de 17%), enquanto as seguradoras acumularam escandalosos lucros (1.667 milhões € entre 2010-2013);

- O **horário de 7 horas nos Seguros não é cumprido** em várias empresas. Existe trabalho suplementar que não é registado e em violação dos limites diários previstos;

- Trabalhadores que dedicaram décadas da sua vida às Companhias estão a ser pressionados para aceitarem **acordos de pré-reforma que os irão lesar durante o resto da sua vida.**

É óbvio que não vamos ficar parados perante a destruição das condições de vida dos trabalhadores dos Seguros. Este é um sector altamente rentável, que gera milhões de lucros. São os próprios patrões quem o afirma.

É tempo de lutar, de dizer Basta! Os trabalhadores, lado a lado, com as suas organizações representativas (aquelas que realmente estão interessadas em defender os seus interesses) devem unir-se e tomar nas mãos o futuro das suas vidas.

FRAUDE!

A SUPERVISÃO NO SECTOR DOS SEGUROS E EM TODOS OS OUTROS SECTORES ENTREGUES DE MÃO BEIJADA AO GRANDE CAPITAL

A ideologia dominante procura condicionar a nossa capacidade para equacionar políticas alternativas ao rumo de destruição do país. «Outro rumo seria o caos», como imposição do medo de quem vê o seu poder ameaçado.

Dizem-nos que o Estado não deve intervir na economia, que o «mercado» deve funcionar livremente e ser regulado por entidades independentes.

Mas as chamadas «entidades reguladoras», constituídas por grupos de peritos/personalidades nomeados pelo governo, não são independentes. Os sucessivos governos nomeiam os seus *rapazes*, procurando desresponsabilizar-se quando as decisões dessas entidades atingem gravemente a maioria da população, os agentes económicos mais frágeis e os interesses soberanos do país. Representam os interesses da classe dominante.

Entregaram assim ao grande capital, sectores estratégicos, como o financeiro, energia, comunicações, cimento, pasta de papel, siderúrgico ou químico. Privatizaram a ANA e ambicionam privatizar a TAP, os transportes colectivos, a água e o lixo.

Privatização a privatização, roubaram ao poder democrático, alavancas fundamentais para o desenvolvimento do país. A vida prova a natureza das suas intenções: proteger os lucros dos grandes grupos económicos, aumentar a exploração dos trabalhadores.

Consequências? A destruição progressiva de empresas bandeira, aumentos e cartéis de preços, degradação de serviços essenciais, concentração das empresas num punhado de grandes grupos económicos.

Quando se descobrem desvios de dinheiro, opções estratégicas que destroem a capacidade de desenvolvimento das empresas, alguém (o banqueiro já pode ser ladrão e o gestor incompetente) assume o papel de bode expiatório e o nosso dinheiro tapa os

“buracos”. Os mais distraídos são levados a pensar que a política de direita nada tem a ver com isto.

Mas na verdade, PS e PSD/CDS-PP, com as políticas que têm incentivado, apoiado ou implementado, dependendo da sua posição nos lugares do poder, são meros gestores de oportunidades de negócio para os grandes grupos económico financeiros.

E o que tem tudo isto a ver com o nosso Sector?

O Sector dos Seguros é um sector fundamental para a vida das pessoas, para o desenvolvimento e protecção da economia portuguesa, que foi entregue de mão beijada ao grande capital. E também temos a “nossa” entidade “supervisora e reguladora do mercado”: a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ex-ISP).

Mas se um contrato colectivo de trabalho não é cumprido, se os lucros aumentam e os salários reais diminuem, se a milhares de trabalhadores é negado o reconhecimento de que são profissionais do sector, se opções ruins são tomadas, se a venda de empresas pode culminar na sua destruição, o que fazem? Agem sempre em defesa dos interesses dos grandes grupos económicos.

Disse há dias o presidente da associação patronal do Sector que “a média salarial ultrapassa a fasquia dos dois mil euros mensais”. O que dirão os trabalhadores com salários de miséria, com vínculos semanais ou mensais, os que não entram nas estatísticas oficiais? É este o futuro que queremos?

Sejamos claros: só a luta e unidade de quem trabalha poderá construir a alternativa patriótica e de esquerda que o país exige, assumindo um objectivo fundamental: recuperar o controlo público e democrático dos sectores estratégicos para os colocar ao serviço do desenvolvimento do país e dos legítimos interesses dos trabalhadores e do povo.

1970: 3000 trabalhadores dos Seguros na Voz do Operário lutaram pelos seus direitos em pleno fascismo

Em 1968, a eleição de uma direcção da confiança dos trabalhadores no Sindicato dos Bancários de Lisboa (homologada pelo governo quase um ano depois e com a exclusão de dois membros) repercutiu-se no sector de seguros. No ano seguinte, a campanha eleitoral para a Assembleia Nacional promovida pela CDE (Comissão Democrática Eleitoral) com grandes acções de massas, permitiu, sobretudo no âmbito dos grupos sócio-profissionais, que muitos trabalhadores de seguros tomassem consciência da necessidade de uma viragem sindical no sector.

A situação política era determinada por uma ditadura fascista que mantinha, desde 1961, no interesse dos grupos monopolistas, a guerra colonial em África. Viviam-se num contexto de grande descontentamento e crescia o número de trabalhadores que adquiriam consciência política e sindical e o desejo de contribuir para a transformação da sociedade.

A concentração e centralização do capital intensificava-se e assistia-se à absorção de Companhias por parte dos grupos monopolistas. Em 1971, os trabalhadores conseguiram inserir no CCT uma cláusula que garantia os postos de trabalho em caso de fusão, incorporação de sociedades ou de carteira de seguros.

Com a queda de Salazar, o grande capital procura com Marcelo Caetano criar uma ideia de liberalização do regime, mas na verdade, às reivindicações dos trabalhadores, o governo responde com violência. Algumas direcções sindicais são suspensas, outras ferozmente perseguidas com prisões de dirigentes. Vários sindicatos são encerrados.

As direcções sindicais deixaram de ser homologadas mas é publicada legislação para dificultar que os trabalhadores concorram às eleições. São congelados os salários e dilatados os períodos de vigência das convenções colectivas.

Apesar do forte ataque do governo, este foi um período de ascensão da participação sindical e da unidade dos trabalhadores. Muitos jovens interessaram-se pela vida sindical e a sua participação foi decisiva para a dinamização verificada a partir de 1970. Em

praticamente todas as seguradoras foram eleitos pela primeira vez, à revelia da direcção, representantes dos trabalhadores (delegados sindicais), que passaram a integrar a “Comissão Inter-Companhias”, que reúne todas as semanas para debater os interesses da classe e produz informação regular sobre os problemas concretos das empresas.

Por outro lado, as “Comissões Internas de Empresa” (de carácter obrigatório para empresas com mais de 20 trabalhadores), criadas por iniciativa patronal, tinham por objectivos formais “o aumento da produtividade” e “decidir sobre todos os assuntos que assentem na mútua colaboração”. Mas entre organismos destinados a controlar o descontentamento dos trabalhadores e outros que dinamizassem a participação sindical e defendessem os interesses da classe, os trabalhadores não tiveram dúvidas.

A última direcção da confiança do regime fascista foi destituída em Assembleia Geral Extraordinária pelos trabalhadores que encheram a Voz do Operário. Com uma nova direcção entretanto eleita, discutiu-se e aprovou-se, pela primeira vez em 36 anos, numa reunião magna realizada em Setembro de 1970, em que participaram 3.000 trabalhadores de seguros, um projecto de Contrato Colectivo de Trabalho. Este processo constituiu um virar de página na história da contratação colectiva do Sector, pois até essa data as negociações decorriam praticamente em secretismo.



Concentração em frente à APS, 23/10/2014
Ontem, como hoje, a luta continua!

Defender os trabalhadores, o povo e o País, garantir um desenvolvimento soberano

A revelação de múltiplos casos envolvendo actos de gestão danosa, crime económico, fraude fiscal, fuga e branqueamento de capitais e corrupção é o sinal mais recente e mediatizado da evolução da vida política nacional e do domínio do poder económico sobre o poder político.

A afirmação da Constituição da República e a defesa do regime democrático contra o processo da sua subversão, reclamam a urgente e inadiável ruptura com a política de direita e a concretização de uma política patriótica e de esquerda, assente na prevalência dos direitos dos trabalhadores, do povo e do País, relativamente aos interesses do grande capital, na verdade e no rigor, no inalienável direito de Portugal a um desenvolvimento independente e soberano.

A concretização de uma alternativa política ao rumo de desastre para que o País tem sido conduzido constitui um imperativo nacional e patriótico e exige a definição dos caminhos para a alcançar, designadamente, uma clara opção de romper com a política de direita.

É necessário que cada força, cada democrata e patriota afirme, de forma clara e inequívoca, o que entende e propõe para que seja possível a ruptura com a política

de direita e a construção de uma política alternativa e de uma alternativa política.

A alternativa de que o País precisa, com toda a urgência, tem na proposta de política patriótica e de esquerda que o PCP apresenta a base essencial para a sua concretização. Assenta: na renegociação da dívida, dos seus montantes, juros e prazos; na promoção e valorização da produção nacional; na recuperação para o controlo público dos sectores e empresas estratégicas, designadamente do sector financeiro; na valorização de salários, pensões e rendimentos dos trabalhadores e do povo; na defesa dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, designadamente dos direitos à educação, à saúde e à protecção social; numa política fiscal que desagrave a carga sobre os rendimentos dos trabalhadores e das micro, pequenas e médias empresas e tribute fortemente os rendimentos e o património do grande capital, os lucros e a especulação financeira; na rejeição da submissão às imposições do Euro e da União Europeia recuperando para o País a sua soberania económica, orçamental e monetária.

**Excertos do Comunicado do
Comité Central do PCP, 14 de Dezembro de 2014**



EMPREGO ■ DIREITOS ■ DESENVOLVIMENTO ■ SOBERANIA

HÁ ALTERNATIVA!

**UMA POLÍTICA PATRIÓTICA
E DE ESQUERDA**

A força do povo
por um Portugal com futuro

www.pcp.pt



TOMA PARTIDO, JUNTA A TUA À NOSSA VOZ!

Adere ao PCP. Contacta-nos,

E-mail: seguros.dorl.pcp@gmail.com; Endereço: Avenida da Liberdade, n.170, 1250-144 Lisboa